26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

T 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CONTEXTOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DA LITERATURA CIENTÍFICA

APPROPRIATION OF INFORMATION IN ARTIFICIAL INTELLIGENCE CONTEXTS: *AN EXPLORATORY STUDY BASED ON THE SCIENTIFIC LITERATURE*

Bruna Heller – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Gleise da Silva Brandão – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Objetiva descrever como o conceito de apropriação da informação, no campo da Ciência da Informação, é tensionado quanto ao uso de Inteligência Artificial. Para tanto, discute a relação deste conceito com a mediação da informação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa de cunho exploratório e descritivo, que analisa seis pesquisas que relacionam a apropriação à inteligência artificial. Os resultados indicam que a apropriação não se trata de um processo simples e naturalmente dado ao sujeito, ele precisa ser construído a partir das relações informacionais e socioculturais, portanto, precisa ser mediado. Contudo, a mediação algorítmica que costuma ocorrer nesse contexto, embora influencie, não tem como objetivo fim a apropriação. Conclui-se que a integração com a mediação da informação pode contribuir para um uso mais consciente de ferramentas e pode estimular o pensamento crítico.
Palavras-chave: apropriação da informação; inteligência artificial; mediação da informação.

Abstract: This study aims to describe how the concept of information appropriation, in the field of Information Science, is challenged in relation to the use of Artificial Intelligence. To this end, it discusses the relationship of this concept with information mediation. This is a descriptive and exploratory bibliographic and qualitative research study that analyzes six studies relating appropriation to artificial intelligence. The results indicate that appropriation is not a simple process naturally given to the subject; it needs to be constructed from informational and sociocultural relationships, and therefore needs to be mediated. However, the algorithmic mediation that usually occurs in this context, although influential, does not have appropriation as its ultimate goal. It concludes that its integration with information mediation can contribute to a more conscious use of the tool and can stimulate critical thinking.
Keywords: appropriation of information; artificial intelligence; information mediation.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação do uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) em práticas cotidianas que se relacionam com a informação tem reconfigurado as formas pelas quais sujeitos lidam com a informação. Ferramentas baseadas em modelos generativos, recomendação algorítmica e automação de respostas passam a ocupar um lugar central nesta relação, oferecendo conteúdos sintetizados e aparentemente personalizados. Nesse cenário, observa-se um deslocamento nas dinâmicas tradicionais de interação com a informação que podem interferir na sua apropriação.

O conceito de apropriação da informação pressupõe a atuação de um sujeito que não se resume ao acesso a conteúdos, tendo a responsabilidade de processar tal informação, a fim de integrar a seus repertórios cognitivos e socioculturais. Trata-se de um processo que envolve a produção de sentido como papel central (Perrotti; Pieruccini, 2007).

A mediação exercida por ferramentas de IAGen não se limita a facilitar o acesso à informação; ela reorganiza as condições de como opera o uso da informação, interferindo na produção e tomada de decisão. Ao oferecer respostas prontas, tais ferramentas podem reduzir as etapas de busca, seleção, síntese e até uso crítico dos conteúdos informacionais, historicamente constitutivas do processo de apropriação. Tensiona-se sobre a inserção da mediação da informação nesse contexto cujo objetivo é alcançar a construção de sentido pelo sujeito. Diante disso, o artigo parte da questão-problema: como o conceito de apropriação da informação, no campo da Ciência da Informação (CI), é tensionado quanto ao uso da IAGen?

Com base em pesquisa bibliográfica e qualitativa, o objetivo é descrever como o conceito de apropriação da informação, no campo da CI, é tensionado quanto ao uso da IAGen. Para tanto, discute a relação entre a apropriação e a mediação da informação na próxima seção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O uso intensivo da IAGen tem colocado em discussão tanto o comportamento dos sujeitos frente a essa ferramenta como também os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores demandados e empregados por eles. Parece ser consensual que, para utilizá-la de forma crítica e ética, o sujeito precisará mobilizar saberes voltados à busca, avaliação, compreensão e produção da informação - o que está diretamente associado ao processo de apropriação da informação. Contudo, pouco se tem discutido sobre a necessidade de uma mediação que leve em conta não somente o uso da ferramenta, mas a apropriação da informação neste contexto.

Ou sobre um processo de interferência que propicie o uso crítico e ético e que leve o sujeito a atribuir sentido, ressignificar e tão logo apropriar-se da informação.

A mediação da informação é uma ação de interferência realizada pelo profissional de informação para satisfazer a necessidade informacional do sujeito e o seu objetivo principal é alcançar a apropriação da informação (Almeida Júnior, 2015). A relação dialógica entre os sujeitos envolvidos é a base propulsora deste processo de negociação, no qual o profissional da informação e o sujeito informacional são os protagonistas.

Observa-se que a ausência de uma mediação humana no cenário digital muitas vezes tem dado espaço à mediação algorítmica. De acordo com Rangel e Martins (2024, p. 3), tal conceito aborda questões como "[...] a transparência e os potenciais vieses que emergem nas decisões automatizadas, influenciando diretamente o que os usuários visualizam e acessam no ambiente digital". Ainda de acordo com os autores, a mediação algorítmica, nesse contexto, "[...] apresenta-se com características da mediação da informação, diante dos avanços das tecnologias, sendo os algoritmos os executores de alto desempenho empregados nesse processo" (Rangel; Martins, 2024, p. 3). No entanto, estaria imbuído neste processo a apropriação? Para apoiar tal discussão aborda-se o conceito sob a ótica da CI e a sua relação com o processo de mediação da informação.

Nas palavras de Chartier (1999, p. 77), a apropriação deve ser compreendida como categoria distinta da submissão e da assimilação cultural, ao dizer que "apropriar---se é transformar o que se recebe em algo próprio, é produzir um ato de diferenciação que se contrapõe a qualquer tentativa rígida imposta [...], é atividade de invenção, produção de significados". Esse entendimento implica em considerar que o sujeito não é passivo neste processo, pelo contrário, "[...] ele passa por uma transformação que o prepara para relacionar-se nova e ativamente com o objeto, num movimento dialético de desenvolvimento" (Batista, 2018, p. 215). Tal movimento pode envolver a transformação do próprio objeto informacional a partir da construção de sentido e da ressignificação.

Para Gomes (2019, p. 16) "A apropriação da informação é sustentáculo do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e de exercício da crítica, elementos essenciais à constituição do sujeito protagonista". Aliado a isso, Borges e Almeida Júnior (2022, p. 8) compreendem o processo de apropriação como:

> dinâmico e em constante transformação. Sua materialidade (física ou não-física) se constrói na relação com o outro, com o social e, portanto, ao mesmo tempo em que ela se constrói, ela também se desconstrói, se cria e se recria, em um processo constante e sem fim [...]

Diante disso, a relação entre a mediação da informação e a apropriação se dá principalmente a partir do caráter dialógico:

> [...] o leitor terá maior ou menor dificuldade em realizar apropriações ao seu redor, dependendo do ambiente social em que estiver imerso, de suas vivências, do domínio dos recursos. Quando ele toma para si o conhecimento, sendo, portanto, um protagonista que vai construir a sua autonomia (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017, p. 13).

Portanto, embora se tenha em vista que a apropriação demanda do sujeito a mobilização de processos cognitivos, esta não se trata de um processo individual, mas sim social porque se concretiza na relação com o outro. Acredita-se que para a construção de maior autonomia faz-se necessário um processo de mediação da informação que estimule a criticidade, a reflexão e possa gerar novos conflitos e necessidades informacionais de modo a ser propulsora de transformações. Ribeiro e Almeida Júnior (2022, p. 7-8) consideram que a apropriação da informação está imersa na abordagem das relações socioculturais:

> com suas particularidades, envolta em contextos específicos e trazendo a possibilidade de reconstrução das informações que delineiam as relações na sociedade; compreende-se que, na apropriação da informação, por parte do sujeito social, tem-se o fortalecimento ou a desconstrução de comportamentos, símbolos, significados, ideias, bem como das formas de comportamentos e posicionamento do sujeito na sociedade.

Segundo Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017, p. 13), “o ato de apropriar presume agentes, ações, técnicas, instrumentos, suportes, recursos e processos, portanto, uma ação com aspectos interdependentes, entre eles: humanos e não-humanos”. Nesse sentido, entende-se que a mediação algorítmica por si só, embora providencial, não consegue dar conta de suprir todos os elementos necessários para que a apropriação se efetive. Diante disso, a ação mediadora pode oferecer uma base e/ou proporcionar um ambiente propício para que a apropriação ocorra.

Assim, é preciso ampliar a discussão acerca das interrelações entre a apropriação e a mediação da informação no contexto de utilização da IAGen, de modo a extrapolar a mediação algorítmica - que pode enviesar a escolha de conteúdos, influenciar decisões com base em um perfil previamente estabelecido - visando autonomia em que o sujeito define o seu perfil de

busca e interesses conscientemente, compreende, reflete e avalia a informação e o seu próprio comportamento informacional[1].

Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017, p. 14) demonstram consequências positivas da apropriação do indivíduo: "muda as estruturas do pensamento, ressignifica a identidade, altera o saber acumulado, amplia o universo dos conteúdos, produz a subjetividade do sujeito, entre outras". Dessa forma, entende-se que para desenvolver o uso crítico e reflexivo das informações geradas por IAGen faz-se necessário uma mediação que estimule o sujeito a criar, significar, ressignificar e transformar a informação. Um processo que ofereça possibilidades a serem analisadas, questionadas e avaliadas conscientemente e de acordo com o contexto em que o sujeito está inserido de modo a possibilitar um salto qualitativo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se enquadra como natureza básica e qualitativa, de cunho exploratório, porque explora o conceito de apropriação da informação relacionando-o ao contexto do uso de IA e descritivo pois se propõe a descrever as características de determinado fenômeno (Gil, 2008), neste caso trata-se dos conceitos e abordagens adotados pelos autores dos trabalhos científicos analisados. Logo, se configura como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que descreve estudos na área de CI que dialogam com a questão problema. Foi realizada uma busca na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a fim de reunir os estudos que resultam da estratégia "apropriação" AND "inteligência artificial", totalizando 6 documentos - 3 trabalhos publicados em anais de eventos e 3 artigos publicados em periódicos científicos. Não houve recorte temporal, dado o número baixo de resultados recuperados, considerando-se todos os documentos encontrados.

Quadro 1 – Resultados BRAPCI

Tipo	Título	Autores	Ano
Evento	Reflexões sobre inteligência artificial generativa e os direitos autorais *Workshop de Informação Dados e Tecnologia*	Souza; Nakano; Shintaku	2025
Evento	Inteligência artificial nos serviços de bibliotecas universitárias: um estudo exploratório *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em*	Trevisol Neto; Varkaris; Cândido; Silva	2025

[1] "Qualquer meio pelo qual descubramos aquilo que queremos saber (ou, talvez, aquilo que preferiríamos não saber e, de fato, como podemos optar por evitá-lo) constitui comportamento informacional." (Wilson, 2026, p. 12).

	Ciência da Informação		
Artigo	Epistemologia da insurgência com inteligência artificial (EIIA): termos, conceitos e instantes singulares *Logeion: Filosofia da Informação*	Galvão	2025
Artigo	Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*	Passarelli; Gomes	2020
Artigo	As big techs e o iluminismo sombrio: a escolha ideológica estadunidense para a consolidação de sua hegemonia planetária *Logeion: Filosofia da Informação*	Miranda Junior; Wilke	2025
Evento	Educação em informação e ciência aberta na era das IAS *Fórum de Estudos em Informação, Ciência e Sociedade*	Dedavid	2025

Fonte: Dados da pesquisa.

Realizou-se a leitura dos textos e desenvolveu-se uma análise qualitativa. Ressalta-se que o trabalho não se propõe a tecer comparações entre os conceitos apresentados pelos autores ou entre os textos de forma geral, mas sim estabelecer uma aproximação conceitual e temática das ideias dos autores com a apropriação da informação, sob a ótica da CI, relacionando com o processo de mediação da informação. Os textos foram examinados com base nas categorias analíticas: (i) a interação dos sujeitos com a informação mediada por tecnologias de IA; (ii) os processos de atribuição e construção de sentidos a partir da informação; e (iii) as possibilidades de transformação, ressignificação e incorporação da informação pelos sujeitos. Dado o caráter exploratório e descritivo do estudo, procedeu-se à descrição dos resultados e à sua interpretação a partir de relações estabelecidas com a literatura complementar.

4 RESULTADOS

O artigo “Transliteracias: a Terceira Onda Informacional nas Humanidades Digitais” apresenta como principal resultado a formulação teórica das três “ondas informacionais” que marcam a evolução das relações entre sociedade, tecnologias digitais e conhecimento. Passarelli e Gomes (2020) demonstram que o desenvolvimento da internet produziu transformações socioculturais, culminando no conceito de transliteracias como característica da contemporaneidade hiperconectada e colocam à vista uma mudança progressiva do papel do sujeito diante da informação. Na primeira onda informacional, vinculada à Web 1.0, o foco estava no acesso e na inclusão digital (Castells, 2003), em que os usuários eram predominantemente receptores passivos de conteúdos disponibilizados na rede. Segundo as

autoras, "[...] quando se usava a internet basicamente como fonte de consulta para encontrar dados disponibilizados por sites de empresas e instituições, e também para a comunicação via e-mail" (Passarelli; Gomes, 2020, p. 257). Nesse estágio, a apropriação da informação – ainda limitada ao domínio instrumental das tecnologias da época – aproxima-se de perspectivas que entendem a inclusão perante à informação como mera disponibilização de infraestrutura técnica. Já na segunda onda informacional, relacionada à Web 2.0 e à cultura participativa, o artigo aponta como resultado central a emergência de sujeitos capazes de produzir, compartilhar e ressignificar conteúdos digitais (Jenkins, 2009). Aqui, a discussão dialoga diretamente com conceito da apropriação da informação que deixa de ser entendida apenas como consumo informacional e passa a envolver produção de sentidos (Perrotti; Pieruccini, 2007) e participação cultural.

A segunda onda, debatida por Passarelli e Gomes (2020), corrobora Buckingham (2022), enfatizando que a participação na cultura digital não se reduz ao uso instrumental das tecnologias, mas envolve competências críticas de interpretação, produção e circulação de conteúdos. Nessa perspectiva, a apropriação da informação ocorre quando os sujeitos conseguem atuar de forma reflexiva e participativa nos ecossistemas digitais, produzindo sentidos e exercendo protagonismo cultural. Também, ressaltam a necessidade de políticas públicas voltadas à cidadania digital, e, com isto, entendem que a apropriação está vinculada às condições concretas de participação dos sujeitos na cultura digital (Passarelli; Gomes, 2020). Jenkins (2009) se relaciona com tais ideias a partir do conceito de cultura participativa. Porém, tal participação não ocorre de forma igualitária ou necessariamente emancipadora. As plataformas digitais também envolvem relações de poder, vigilância, exploração de dados, desigualdades de acesso e competência (Buckingham, 2022).

Na terceira onda informacional, as autoras apresentam como principal resultado o surgimento das transliteracias em um cenário marcado pela inteligência artificial, *big data*, internet das coisas e conectividade contínua (Passarelli; Gomes, 2020). O conceito expande a noção de literacia ao transitar entre múltiplas linguagens, plataformas e ecossistemas digitais, o que remete a um sujeito contemporâneo que precisa desenvolver competências cada vez mais complexas para lidar criticamente com informação mediada por algoritmos.

Passarelli e Gomes (2020) discutem fenômenos como vigilância algorítmica, manipulação de dados, *fake news* e plataformização da sociedade, mostrando que os processos de apropriação da informação ocorrem em ambientes permeados por disputas de poder e

interesses econômicos - tópicos também explorados em estudos de Zuboff (2021), que entende que o comportamento humano tornou-se fonte de extração econômica.

Outro resultado importante do artigo é a defesa de que as transliteracias devem ser incorporadas às políticas educacionais e às práticas de formação cidadã - o que faz delas elemento essencial para o exercício da cidadania, da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Passarelli; Gomes, 2020). Amplia-se o debate sobre apropriação da informação ao deslocar a discussão do mero acesso para a capacidade crítica de atuação dos sujeitos em ecossistemas digitais complexos e hiperconectados.

O trabalho "Reflexões sobre inteligência artificial generativa e os direitos autorais" apresenta como principal resultado uma análise crítica das implicações jurídicas, éticas e informacionais decorrentes do uso da IAGen, especialmente no que se refere aos direitos autorais e aos modelos de apropriação das produções geradas por tecnologias de IAGen (Souza; Nakano; Shintaku, 2025). Propõem-se a seguinte problematização: "Se parte do texto foi gerado por inteligência artificial generativa, quem é o autor? O texto gerado por IAGen deve ser considerado como uma citação? Assim, ainda há dúvidas sobre questões legais e éticas quanto a IAGen.!" (Souza; Nakano; Shintaku, 2025, p. 3).

O estudo demonstra que a expansão da IAGen produz tensionamentos significativos no conceito tradicional de autoria, uma vez que os sistemas generativos são capazes de criar textos, imagens e outros artefatos informacionais a partir de grandes bases de dados previamente existentes (Souza; Nakano; Shintaku, 2025). Nesse sentido, é evidenciada uma lacuna jurídica relacionada à definição de titularidade, autoria e proteção legal das criações produzidas por IAGen, apontando que os sistemas de direitos autorais ainda não possuem respostas consolidadas para esse cenário, como descrevem Souza, Nakano e Shintaku (2025).

A perspectiva dos estudos de Almeida Júnior permite compreender que a apropriação da informação ocorre por meio de processos de mediação que interferem na produção de sentidos - em diálogo também com Perrotti e Pieruccini (2007). Na contemporaneidade, outras mediações passam a ser exercidas também por sistemas algorítmicos e inteligências artificiais, capazes de reorganizar fluxos e práticas informacionais.

Os resultados do estudo dialogam diretamente com as discussões sobre participação cultural e cultura digital abordadas no artigo de transliteracias de Passarelli e Gomes (2020), pois Souza, Nakano e Shintaku (2025) evidenciam que essa produção cultural passa agora a coexistir com sistemas automatizados de geração de conteúdo. Assim, os processos de

apropriação da informação tornam-se mais complexos, pois envolvem disputas, como de autoria, de criatividade, de legitimidade e de propriedade intelectual.

O artigo também apresenta como resultado a sistematização de diferentes modelos de apropriação dos produtos gerados por IA discutidos no contexto jurídico brasileiro (Souza; Nakano; Shintaku, 2025). Evidencia a apropriação da informação ao tratar a informação fora de contextos neutros, mas em ambientes de disputas econômicas, tecnológicas e políticas. Nesse ponto, a discussão dialoga com Morozov (2018) e Zuboff (2021) sobre o poder das plataformas digitais e o capitalismo de vigilância. Nesse contexto, os processos de apropriação da informação passam a ocorrer sob mediações algorítmicas que condicionam tanto a produção quanto a circulação dos conteúdos digitais - que antes contavam com a atuação humana exclusivamente. E isso, por si só, segundo Floridi (2024, p. 48), torna-se indescritível: “Não existe um termo para essa profunda forma de transformação”.

A discussão aproxima-se das reflexões de David Buckingham sobre participação crítica na cultura digital. Para Buckingham (2022), a participação dos sujeitos nas plataformas digitais exige competências críticas capazes de compreender os mecanismos de funcionamento das tecnologias, os interesses econômicos envolvidos e os modos pelos quais algoritmos influenciam práticas culturais e informacionais. Assim, a apropriação da informação em contextos mediados por IAGen demanda capacidade crítica para interpretar os limites éticos, jurídicos e políticos dessas ferramentas (Buckingham, 2022). Quanto à CI, isso reforça a compreensão de que a apropriação da informação é atravessada por relações de poder que regulam o acesso e comprometem a legitimidade da informação.

O trabalho “Inteligência artificial nos serviços de bibliotecas universitárias: um estudo exploratório” tem como principal resultado a identificação sobre como a IAGen vem sendo incorporada aos serviços das bibliotecas universitárias (BUs), tanto em experiências internacionais quanto em instituições brasileiras e evidencia que a IAGen já está sendo utilizada em processos técnicos comumentes de bibliotecas - como atendimento ao usuário, catalogação, indexação, recuperação da informação, personalização de serviços, gestão de bibliotecas e apoio à pesquisa científica (Trevisol Neto *et al.*, 2025).

A pesquisa demonstra que as aplicações mais recorrentes quanto ao uso de IAGen impactam diretamente na efetividade do funcionamento das bibliotecas (Trevisol Neto *et al.*, 2025). Apresentando resultados empíricos relevantes sobre o contexto brasileiro, de bibliotecas vinculadas a universidades, relatos sobre o uso de ferramentas em atividades técnicas surgem

como pontos para discussão, evidenciando que a IAGen já integra práticas cotidianas das BUs (Trevisol Neto *et al.*, 2025).

É possível compreender, a partir de Trevisol Neto *et al.* (2025), que os processos contemporâneos de mediação da informação passam a ocorrer em ambientes híbridos, nos quais bibliotecários, usuários e sistemas algorítmicos atuam conjuntamente frente à informação. A apropriação da informação, que antes envolvia exclusivamente sujeitos humanos, passa a ser tensionada pela atuação de IAGen capazes de reorganizar fluxos informacionais. Dessa forma, entendendo que a informação é sempre resultado de processos mediacionais que interferem na construção dos sentidos (Almeida Júnior, 2015; Perrotti; Pieruccini, 2007), no contexto das bibliotecas digitais contemporâneas, os algoritmos e sistemas de IAGen passam a atuar como novos agentes mediadores, influenciando diretamente a forma como os usuários se apropriam da informação.

Os resultados do trabalho também dialogam com as discussões apresentadas por Passarelli e Gomes (2020) e por Buckingham (2022). No estudo, evidencia-se que essas competências passam a incluir também um olhar frente ao uso de IAGen, colocando a sugestão de que as BUs ofereçam oficinas e capacitações voltadas ao uso crítico e consciente dessas tecnologias digitais (Trevisol Neto *et al.*, 2025).

Há a atenção para a necessidade de curadoria humana quanto às respostas produzidas pelas ferramentas de IAGen; contudo, tais ambientes digitais contemporâneos são estruturados pela coleta massiva de dados e pela atuação de grandes plataformas tecnológicas que condicionam o comportamento informacional dos sujeitos (Morozov, 2018; Zuboff, 2021) e, logo, somente a mediação algorítmica não se faz suficiente para garantir a apropriação. Nesse contexto, a apropriação da informação passa a ser atravessada por relações de poder, o que requer mediação. As BUs, historicamente associadas à mediação da informação, enfrentam o desafio de incorporar tecnologias de IA em seus processos e a mediar a promoção de competências frente ao uso crítico da IAGen, dentro de um cenário de baixa infraestrutura tecnológica, capacitação profissional e desenvolvimento de políticas institucionais. Essa constatação reforça a ideia de que a apropriação da informação em ambientes digitais depende de condições sociais, institucionais e formativas que possibilitam seu uso crítico e significativo, o que exige mediação.

O artigo “Epistemologia da insurgência com inteligência artificial (EIIA): termos, conceitos e instantes singulares” apresenta como principal resultado a proposição de uma

perspectiva epistemológica crítica para compreender as relações entre inteligência artificial, produção do conhecimento e disputas de poder (Galvão, 2025). Galvão (2025) argumenta que a linguagem não é neutra e que a construção de termos e categorias interfere diretamente na forma como os sujeitos compreendem e se posicionam diante dessas tecnologias. Sob a ótica da CI, tal reflexão aproxima-se da noção de apropriação da informação ao evidenciar que a produção de sentidos exige um movimento de interpretação e questionamento, sem aceitar automaticamente discursos produzidos sobre a IAGen.

Outro resultado relevante do estudo é a defesa de uma epistemologia insurgente, comprometida com a contestação das narrativas hegemônicas que naturalizam os processos de mediação algorítmica e ocultam implicações políticas, econômicas e culturais, como aponta Galvão (2025). Nessa perspectiva, o uso crítico de ferramentas de IAGen demanda sujeitos capazes de identificar os interesses inscritos nas tecnologias que mediam o acesso e a circulação da informação, em diálogo com Bezerra (2024). Também, se aproxima diretamente de Almeida Júnior (2015) e Gomes (2019), ao reforçar que a apropriação da informação não se concretiza apenas pelo contato com conteúdos, mas pela construção reflexiva de significados em processos de mediação que favoreçam a autonomia intelectual e o protagonismo dos sujeitos.

Galvão (2025) também contribui na compreensão da mediação em ambientes digitais contemporâneos. Se a epistemologia da insurgência propõe uma postura de permanente problematização diante da IAGen, também evidencia que a mediação algorítmica, por si só, não é suficiente para promover processos de apropriação da informação. Ao contrário, torna-se imprescindível a educação em informação[2], uma construção formativa capaz de estimular a reflexão crítica sobre as respostas produzidas pela IAGen.

O artigo “As Big Techs e o Iluminismo Sombrio: a escolha ideológica do Leviatã Digital” apresenta como principal resultado a análise crítica das relações entre Big Techs, governamentalidade algorítmica, pós-verdade e ideologias antidemocráticas associadas ao chamado “Iluminismo Sombrio” (Dark Enlightenment). Tratando-se de um estudo voltado para aspectos da filosofia da informação, demonstra que as grandes plataformas digitais não atuam como infraestruturas neutras de comunicação, mas como dispositivos de poder capazes de

[2] Dedavid (2025) compreende a educação em informação como um processo formativo voltado ao desenvolvimento de capacidades críticas para lidar com a informação de maneira ética e reflexiva, especialmente diante dos desafios impostos pelo uso de inteligência artificial generativa e pelos ambientes digitais contemporâneos.

modular comportamentos, produzir subjetividades e influenciar processos políticos em escala global, reverberando os estudos de Zuboff (2021) e Morozov (2018). Nesta lógica, a ascensão das big techs está diretamente relacionada à centralização do poder e ao uso desses dados para influenciar práticas sociais e até mesmo políticas. Logo, o relacionamento com a informação passa a ocorrer em ambientes profundamente mediados por tecnologias que se relacionam a interesses corporativos.

O artigo discute a "governamentalidade algorítmica", conceito desenvolvido por Antoinette Rouvroy (Rouvroy; Berns, 2018) e explica como os sistemas algorítmicos operam por meio da coleta massiva de dados e da modulação preventiva de comportamentos. Conforme descrito por Miranda Junior e Wilke (2025, p. 19), "Ela governa não através de leis ou normas, mas através de sinais e estímulos ambientais que guiam as ações sem a necessidade de significação ou deliberação consciente". Este conceito é a chave para compreender como as plataformas digitais contemporâneas exercem formas sutis de poder e de controle social, atua sobre os processos de apropriação da informação, mas, diferente da mediação da informação (cujo objetivo é a apropriação), a mediação algorítmica não está em sua essência preocupada com a apropriação. Tão logo, a construção dos sentidos passa a ser condicionada pelas lógicas de recomendação - fortalecendo as bolhas (Pariser, 2012).

Miranda Junior e Wilke (2025) demonstram que as plataformas digitais favorecem a circulação de narrativas emocionalmente engajadoras, mesmo quando desvinculadas da factualidade, produzindo ambientes informacionais nos quais a distinção entre verdade e falsidade perde relevância social - exatamente o que prevê um cenário de pós-verdade (D'Ancona, 2018). Do caso Cambridge Analytica, o estudo evidencia como dados pessoais foram utilizados para direcionamento político e manipulação de comportamentos eleitorais.

Outro resultado importante do estudo é a análise do papel das *big techs* na reorganização das relações entre poder político e infraestrutura tecnológica. O artigo demonstra como empresas como Palantir, Facebook e X (Twitter) passaram a integrar mecanismos de modulação social associados tanto à atuação governamental quanto à lógica corporativa, corroborando Bezerra (2024) ao discutir o capitalismo de plataforma[3]. Os autores afirmam que as plataformas digitais constituem um novo "Leviatã Digital", exercendo formas

[3] Capitalismo de plataforma caracteriza-se pela centralização das relações de trabalho, consumo e circulação da informação em plataformas digitais controladas por grandes corporações tecnológicas, que extraem lucro por meio da intermediação algorítmica, da exploração de dados e da precarização do trabalho (Bezerra, 2024).

de soberania baseadas não na coerção física tradicional, mas na capacidade de controlar comportamentos (Miranda Júnior; Wilke, 2025).

A psicopolítica digital, discutida a partir de Han (2018), demonstra que as plataformas não apenas organizam conteúdos, mas condicionam desejos, afetos e formas de engajamento social. Por fim, o artigo traz indícios de que os processos de apropriação da informação na contemporaneidade podem sofrer interferências pela articulação com os mecanismos algorítmicos que estruturam as plataformas digitais.

O trabalho "Educação em informação e ciência aberta na era das IAs" objetiva "[...] trazer para debate o incipiente desenvolvimento de investigação sobre uma educação em informação que se possa imaginar para a era das inteligências artificiais" (Levandoski; Heller, 2025, p. 2). O principal resultado do estudo consiste na problematização da crescente dependência da IAGen e dos riscos de um "sedentarismo cognitivo", conceito utilizado para descrever o enfraquecimento das capacidades humanas de interpretação, reflexão e elaboração crítica diante da delegação crescente de atividades intelectuais às tecnologias algorítmicas.

A crítica feita sobre o uso automático de tecnologias digitais reforça o diálogo e a necessidade de uma educação em informação orientada para a era da inteligência artificial, colocando a tecnologia como capaz de reconfigurar profundamente os modos de relação dos sujeitos com os conteúdos informacionais. Essa perspectiva deixa evidente a necessidade de que a ação mediadora alcance a dimensão formativa, propiciando as condições adequadas para que o sujeito se aproprie da informação nesse contexto digital.

Outro resultado importante do trabalho é a problematização do chamado "colonialismo digital", conceito discutido a partir de Deivison Faustino e Walter Lippold, no qual demonstram que as grandes corporações tecnológicas concentram infraestrutura de dados produzindo novas formas de dependência econômica, tecnológica e cognitiva. Sob a ótica da CI, isso reforça a compreensão de que os processos de apropriação da informação ocorrem em ambientes atravessados por relações de disputas sobre controle dos fluxos informacionais (Bezerra, 2024). Tal discussão aproxima-se das preocupações de Han (2018) acerca da psicopolítica digital, também apontada no estudo de Miranda Junior e Wilke (2025), e da produção de sujeitos cada vez mais dependentes dos automatismos tecnológicos.

Levandoski; Heller (2025) enfatiza a importância da educação em informação como estratégia de enfrentamento dos impactos negativos produzidos pelas plataformas digitais e pelas inteligências artificiais. Tal atitude pode promover formas mais dialógicas com a

informação e com o compromisso ético frente ao uso de tecnologias digitais, o que coaduna com a dimensão política da mediação da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou descrever como o conceito de apropriação da informação, no campo da CI, é tensionado quanto ao uso de Inteligência Artificial Generativa. Em seis trabalhos analisados, observou-se que a Ciência da Informação apresenta estudos quanto ao uso de IAGen não apenas para atividades que envolvam o comportamento informacional, mas também para automação de processos, como uso em bibliotecas para maior agilidade em tarefas que antes eram atribuídas ao fator humano.

Assim, discutiu-se sobre a sua relação com a mediação da informação. A apropriação não se trata de um processo simples e naturalmente dado ao sujeito, ele precisa ser construído a partir das relações informacionais e socioculturais, portanto, precisa ser mediado. Os estudos indicam que a apropriação da informação não é o objetivo fim da mediação algorítmica, mas interfere neste processo. Acredita-se que ela, por si só, não alcança de forma efetiva a construção de sentido pelo sujeito, já que algumas etapas como a síntese, inter-relação de peças de informação e a produção pelo sujeito não são possibilitadas pela estrutura dos algoritmos.

Os resultados também evidenciam que os processos de apropriação da informação em contextos de IAGen não podem ser compreendidos de forma dissociada das relações de poder que estruturam os ambientes digitais contemporâneos. A discussão demonstra que a circulação da informação é permeada por interesses econômicos, políticos e tecnológicos que influenciam o comportamento informacional dos sujeitos. Nesse cenário, a mediação da informação assume papel ainda mais relevante na problematização dessas estruturas e instigar a reflexão crítica, em busca da autonomia intelectual e da capacidade de reconhecer e enfrentar as disputas que atravessam as relações com a informação na sociedade.

A mediação da informação, sobretudo, se considerada a sua dimensão formativa extrapola a mera disponibilização de conteúdos sintetizados e se preocupa em primeira instância com a apropriação da informação. Entendendo esta como um processo social que se consolida na relação com o outro, defende-se que a ação mediadora pode contribuir para um uso mais consciente da ferramenta e pode estimular o pensamento crítico. Contudo, ainda há muito a ser discutido acerca da sua inserção no contexto de utilização da IAGen.

Portanto, acredita-se que a integração entre os dois tipos de mediação citados pode ser o caminho para se discutir a apropriação no contexto da IAGen à luz da CI. Contudo, este trabalho não pretendeu esgotar o tema, mas abordá-lo de forma exploratória. Admite-se, portanto, a sua limitação ao utilizar apenas a Brapci como base de dados e a necessidade de maior aprofundamento em futuras pesquisas. Aponta-se como perspectivas de pesquisas futuras, ampliar o escopo da amostra e investir em uma análise comparativa, de modo a evidenciar convergências, divergências, recorrências ou particularidades identificadas no conjunto dos estudos. Esse aprofundamento poderá contribuir para demonstrar com maior clareza como a apropriação da informação está relacionada ao uso de ferramentas de IA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BATISTA, C. L. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210–234, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/74317. Acesso em: 12 maio 2026.

BEZERRA, A. C. Tecnologia e trabalho precarizado: crítica da economia política do capitalismo digital. **O Social em Questão,** n. 58, p. 37-56, 2024. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5522/552276515002/. Acesso em: 12 maio 2026.

BORGES, E. V. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Apropriação: um pilar central da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-119843, out./dez. 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade;www.scielo.br/index.php/EmQuestao/article/view/119843. Acesso em: 12 maio 2026.

BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC, 2022.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Editora UNESP, 1999.

LEVANDOSKI, M.; HELLER, B. Educação em informação e ciência aberta: convergências visíveis. *In*: FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE, 7., 2025, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2025. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/383973. Acesso em: 12 maio 2026.

GALVÃO, M. C. B. Epistemologia da insurgência com inteligência artificial (EIIA): termos, conceitos e instantes singulares. **Logeion**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, e-7589, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7589. Acesso em: 12 maio 2026.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644. Acesso em: 12 maio 2026.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MIRANDA JUNIOR, G.; WILKE, V. C. L. As big techs e o iluminismo sombrio: a escolha ideológica estadunidense para a consolidação de sua hegemonia planetária. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, ed. especial, p. 1-12, e- 7790, nov. 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7790. Acesso em: 12 maio 2026.

MOROZOV, E. **Big Tech**: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASSARELLI, B.; GOMES, A. C. F. Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29527?articlesBySimilarityPage=18. Acesso em: 12 maio 2026.

PERROTTI, E.; PIERRUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. **Informação e Contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007.

RANGEL, T. L.; MARTINS, G. K. Mediação da informação e mediação algorítmica: relações e aproximações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/734/748. Acesso em: 12 maio 2026.

RIBEIRO, M. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Da mediação à apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 01-17, 2022. Trabalho apresentado no IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM), 2022, [São Paulo]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1825. Acesso em: 12 maio 2026.

ROUVROY, A.; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas

da margem. São Paulo, SP: Boitempo, 2018. p. 107–139. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662. Acesso em: 12 maio 2026.

SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A concepção de apropriação da informação nos periódicos da área "Comunicação e Informação" e Anais do ENANCIB. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: https://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/546. Acesso em: 12 maio 2026.

SOUZA, R. P. M.; NAKANO, N.; SHINTAKU, M. Reflexões sobre inteligência artificial generativa e os direitos autorais. *In*: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO DADOS E TECNOLOGIA, 8., 2025, Marília. **Anais** [...]. Marília: WIDaT, 2025.

TREVISOL NETO; O.; VARKARIS, G.; CÂNDIDO, A. C.; SILVA, L. M. Inteligência artificial nos serviços de bibliotecas universitárias: um estudo exploratório. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/383682. Acesso em: 12 maio 2026.

WILSON, T. D. **Explorando el comportamiento informacional.** Editum. Ediciones de la Universidad de Murcia, 2026.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilancia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.